

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.939 - PR (2019/0274736-3)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS**  
**RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**RECORRIDO : SUELY DURANTE RIBEIRO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : LUIZ SERGIO KOSTECZKA - PR059923**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 224):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 40, § 4º, DA LEI Nº 6.830/80. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS DECORRIDO O PRAZO DE SUSPENSÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE.

1. A regra prevista no art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/1980, acrescentado pela Lei nº 11.051/2004, ostenta natureza processual e, por isso, aplica-se imediatamente às execuções fiscais em curso (precedentes do STJ). Assim, decorrido o prazo prescricional do arquivamento dos autos, o juiz poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato, nos termos do dispositivo legal mencionado.

2. Desnecessária a intimação da Fazenda Pública da suspensão por ela mesma requerida, bem como do arquivamento dos autos da execução fiscal (art. 40, § 2º, da LEF), pois este último decorre automaticamente do transcurso do prazo de um ano, conforme dispõe a Súmula 314 do STJ.

Aduz o recorrente ofensa aos arts. 25 e 40, §§ 2º e 4º, da Lei n. 6.830/1980. Sustenta, em síntese, que "[...] não se mostra possível o reconhecimento da prescrição intercorrente na hipótese porque não houve a intimação da autarquia quanto ao arquivamento do feito" (e-STJ, fl. 235).

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 246-247), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

O acórdão impugnado está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, cuja orientação é no sentido de que, para a decretação de ofício da prescrição intercorrente, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei n. 6.830/1980, é dispensável "[...] a intimação do credor da suspensão da execução por ele mesmo solicitada, bem como do arquivamento do feito executivo, decorrência automática do transcurso do prazo de um ano de suspensão e termo inicial da

# Superior Tribunal de Justiça

prescrição" (REsp 1.722.587/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 21/11/2018).

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. EXECUÇÃO FISCAL. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

[...]

2. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, com o advento da Lei 11.051/04, que acrescentou o § 4º ao art. 40 da Lei 6.830/80, tornou-se possível a decretação *ex officio* da prescrição quinquenal intercorrente pelo juiz, após ouvido o representante da Fazenda Pública. Dispensável, todavia, a intimação do credor da suspensão da execução por ele mesmo solicitada, bem como do arquivamento do feito executivo, decorrência automática do transcurso do prazo de um ano de suspensão e termo inicial da prescrição.

3. O entendimento firmado no acórdão recorrido, assim, está de acordo com a pacífica jurisprudência do STJ, sintetizada na sua Súmula 314: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente".

4. "A falta de impulso oficial do processo, por si só, não exime a responsabilidade da exequente pela condução do feito executivo, mormente quando o transcurso de prazo superior a cinco anos ocorre após a citação" (AgRg no REsp 1.166.428/PE, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJe 25/9/12).

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e nessa parte não provido. (REsp 1.683.398/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/9/2017, DJe 19/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. SUSPENSÃO E ARQUIVAMENTO AUTOMÁTICO DO FEITO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO. SÚMULA 314/STJ. INÉRCIA DO EXEQUENTE. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido da desnecessidade de intimação da Fazenda Pública acerca da suspensão da execução por ela mesma requerida, bem como do arquivamento do feito, o qual decorre automaticamente do transcurso do prazo de 1 ano. Essa a inteligência da Súmula 314/STJ, aplicável ao presente caso.

2. Demonstrada pelo Tribunal de origem a inércia do Estado, não é possível, nesta instância especial, reanalisar tal questão, a teor da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgRg no AREsp 416.008/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 3/12/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

